PAUTA
PARA A 155ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

Projeto de lei nº 817, de 2010, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Declara de utilidade pública a "Casa de Cultura", em Votorantim.

2ª Sessão

Projeto de lei nº 816, de 2010, de autoria do deputado Fernando Capez. Inclui dispositivo na Lei nº 10.948, de 2001, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 813, de 2010, de autoria do deputado Luciano Batista. Altera a Lei nº 10.876, de 2001, que torna obrigatória a execução do Hino Nacional em todos os eventos esportivos.

2 - Projeto de lei nº 814, de 2010, de autoria dos deputados Beth Sahão e Vicente Cândido. Declara de utilidade pública a associação "Os Independentes", em Barretos.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 810, de 2010, de autoria do deputado Davi Zaia. Declara de utilidade pública o "Grupo Ecológico Olho D'Água", em Mococa.

2 - Projeto de lei nº 811, de 2010, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Declara de utilidade pública a "Associação Descalvadense de Apoio aos Portadores de Câncer - Fênix", em Descalvado.

3 - Projeto de lei nº 812, de 2010, de autoria do deputado Davi Zaia. Declara de utilidade pública a "Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável de Araçatuba - ACREPOM", naquele Município.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 801, de 2010, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Claudemir Vieira da Silva" ao viaduto localizado no km 473,250 da Rodovia Assis Chateaubriand - SP 425, em Pirapozinho

2 - Projeto de lei nº 802, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Institui o "Programa Agente Cidadão Senior" no Estado.

3 - Projeto de lei nº 803, de 2010, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Determina a distribuição gratuita de medicamentos produzidos pela Fundação para o Remédio Popular - FURP aos usuários de Planos Privados de Saúde contribuintes do Estado.

4 - Projeto de lei nº 804, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Dispõe sobre a obrigatoriedade de se utilizar pulseira com sensor eletrônico sonoro, para identificação e segurança de recém-nascido, nos hospitais e nas maternidades públicas e privadas do Estado.

5 - Projeto de lei nº 805, de 2010, de autoria da deputada Célia Leão. Obriga as farmácias e drogarias do Estado a manter à disposição do público, para consulta, lista de medicamentos em caracteres braille.

6 - Projeto de lei nº 806, de 2010, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de "Alcides André da Silva" à passarela situada no km 172,200 da Rodovia SP 342, em Mogi Guaçu.

7 - Projeto de lei nº 807, de 2010, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dá denominação de "Pedro Braz das Chagas" à ponte sobre o Rio Pederneiras situada no km 121,700 da Rodovia SP 127, em Tatuí.

8 - Projeto de lei nº 808, de 2010, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Dispõe sobre a garantia de produtos substituídos por motivo de defeito insanável do fabricante.

9 - Projeto de lei nº 809, de 2010, de autoria do deputado Sidney Beraldo. Dá a denominação de "Walter Alves da Cunha Corrêa" ao 3º Distrito Policial de

Guaratinguetá.

10 - Moção nº 100, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei 3077 de 2008, que altera a Lei nº 8.742, de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, seja aprovado.

Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

Projeto de lei nº 1284, de 2009, de autoria da Mesa. Prorroga para o exercício de 2010 os efeitos da Lei nº 12.473, de 2006, que dispõe sobre o subsídio do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado. Parecer nº 1881, de 2010, da Comissão de Redação.